



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - COMPANHIA ABERTA • CNPJ 04.913.711/0001-08 • NIRE 1530000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro – CEP 66.010-000 – Belém-Pará



O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados as ações civis públicas, re-presentados por decisões favoráveis provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.

Abaixo, demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis (i)	1.547	20.152	1.551	18.465
Trabalhistas(ii)	415	10.908	255	4.535
Tributárias (iii)	19	24.201	17	21.633
Total	1.981	55.261	1.823	44.633

(i) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza as ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(ii) Processos trabalhistas - O valor das causas com probabilidade de perda provável refere-se a ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. O valor mencionado com probabilidade de perda indicada como possível, refere-se a ações civis públicas propostas contra o Banco.

(iii) Processos tributários - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de Dezembro de 2017, são:

- **CPMF:** R\$3.166 (R\$2.896 em 31 de Dezembro de 2016). Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$71 (R\$65 em 31 de Dezembro de 2016). Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	31.12.2017			31.12.2016		
	Trabalhista	Cível	Tributária	Trabalhista	Cível	Tributária
No início do Período	35.278	10.364	2.961	15.278	11.387	3.023
Atualização monetária	7.899	1.774	335	3.418	1.392	389
Constituições	97.699	1.059	206	32.944	83	-
Reversões	(16.583)	(4.884)	-	(13.857)	(257)	(451)
Pagamentos	(596)	(35)	-	(2.505)	(2.241)	-
No final do Período	123.697	8.278	3.502	35.278	10.364	2.961

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,0079	755	0,0079
Administradores	9	0,0001	9	0,0001
Demais Acionistas	1.452	0,0153	1.452	0,0153
Total	9.521.649	100	9.521.649	100

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.442	2.207	9.521.649	0,232

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo, distribuir dividendos intermediários e ou intercalares.

Foi pago a título de Juros sobre Capital Próprio o valor de R\$ 59.180 (R\$ 51.882 em 31 de dezembro de 2016). Os valores foram aprovados pelo Conselho de Administração nas respectivas datas: 10/04/2017; 17/08/2017; 30/10/2017 e 19/12/2017.

14. GESTÃO DE RISCO

Gestão de Risco e de Capital

No que diz respeito à gestão de riscos e de Capital, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento das políticas e dos sistemas informatizados todos integrados aos objetivos estratégicos do Banco. São acompanhados, mensurados e mitigados os seguintes riscos: Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. Objetivando tornar as análises dos Riscos Corporativos e de Capital mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido pela Resolução CMN nº 4.557/17 como possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Para identificar e mensurar as posições que expõem a instituição ao risco de mercado, o BANPARÁ calcula diariamente o VaR (Value at Risk) por tipo de carteira (Banking Trading e Global), por meio da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo é realizada trimestralmente pela técnica de Backtesting Tunneling, comparando as projeções com os resultados já obtidos, pelo conceito de túnel (amostra 252 du). Para a validação do modelo é esperado que o percentual de erro não exceda 10%, ou seja, duas vezes o complemento do intervalo de confiança adotado (95%).

Análise de Sensibilidade

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para suas carteiras trading e banking, com estimativas da variação no valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, utilizando a aplicação de choque nas curvas de juros.

O Banpará classifica suas operações da seguinte forma:

- Classificados na carteira de negociação (trading book): composto por recursos de tesouraria negociados com compromisso de revenda e de recompra, lastreados em Títulos Públicos Federais (TPF), aplicações em cotas de fundos de investimento, TPF, títulos privados não classificados na modalidade mantidos até o vencimento e operações de câmbio (spot);
- Não classificados na carteira de negociação (banking book): constituído por operações de crédito comercial mantidas até o vencimento, operações de captação de recursos e demais operações do Banco sujeitas ao risco de mercado; inclusive TPF e títulos privados não classificados em trading, serão classificadas como banking, desde que observados o nível de liquidez do papel. Os títulos públicos e privados de baixa liquidez como CVS, CRIs e CCBs serão normalmente classificados na carteira banking.

A análise de sensibilidade é realizada de forma segregada, por carteira, no entanto existem operações que não fizeram parte do cálculo, pelo fato do indexador não gerar exposição ao risco de mercado ou porque a exposição não representa 5% do total das exposições banking, a exemplo das operações em moedas estrangeiras (spot) e operações de financiamento à exportação.

Para subsidiar a análise foram considerados os cenários, conforme instrução da CVM nº 475/08:

Cenário 1 - Para a carteira Banking os choques foram determinados a partir da diferença dos vértices 252 du e 1 du, tanto para a curva da taxa Pré, como da curva taxa TR. Para a curva Pré foi utilizado o choque de 18 Bp e para curva TR -79 Bp. Considerando o prazo das operações compromissadas, os choques para carteira Trading foram definidos a partir da diferença entre a curva da taxa Pré 21 du e 1 du, o choque usado foi de 67 Bp.

Cenário 2 - A partir do cenário base, aplicou-se o percentual de 25% na curva da taxa de vértice mais longo (252 du para banking e 21 du para trading), deteriorando-se desta forma o cenário base em 25%. Foram aplicados os choques para carteira banking, com 195 Bp para o fator de risco Pré e 90 Bp para a TR. Para a carteira trading deu-se um choque de 256 Bp no fator de risco Pré.

Cenário 3 - A partir do cenário base aplicou-se o percentual de 50% na curva da taxa de vértice mais longo (252 du para Banking e 21 du para trading), deteriorando-se desta forma o cenário base em 50%. Foram aplicados os choques para carteira banking, com 372 Bp para o fator de risco Pré e 259 Bp para a TR. Para a carteira trading deu-se um choque de 445 Bp no fator de risco Pré.